

DISCURSO DO PAPA JOÃO PAULO II NO ENCERRAMENTO DA VI ASSEMBLEIA DO SÍNODO DOS BISPOS

29 de Outubro de 1983

1. "Misericórdias Domini in aeternum cantabo" (Sl. 89, 2).

Ao término deste Sínodo, que nos viu reunidos para reflectirmos sobre "a reconciliação e a penitência na missão da Igreja", o sentimento que surge espontâneo dos nossos corações não pode ser outro que de louvor e de reconhecimento à infinita bondade do Senhor "que revela a sua omnipotência sobretudo com a misericórdia e o perdão" (cf. Oração XXVI Domingo do Tempo Comum».

Éum sentimento que exprimimos com ânimo profundamente consciente das nossas pessoais debilidades, e também daquelas dos fiéis confiados aos nossos cuidados pastorais. Talvez não estejamos muito longe da verdade se vemos nas mesmas dificuldades e tensões, surgidas durante as discussões, a manifestação daquilo que deve ser reconciliado e sanado no Corpo eclesial, mediante a penitência pelos próprios pecados e por aqueles de todos os homens. Dado que os Pastores trazem os sofrimentos e as feridas das suas ovelhas, embora eles mesmos não se dêem conta disto, a graça do Sínodo consiste em que estes sofrimentos e estas dores sejam expostos, a fim de que consigamos a cura deles e recebam a salvação, fazendo penitência mediante a graça da reconciliação. Nos seus debates os Padres sinodais viveram aquilo que deve constituir objecto de penitência, isto é, daquilo de que se deve pedir perdão a Deus.

Motivada por esta consciência, mais de uma vez durante as sessões do Sínodo voltou a ideia de manifestar externamente, mediante *um acto comunitário de penitência*, o que constituiu o tema dos nossos trabalhos durante estas semanas passadas. Tal acto penitencial foi a *Via-Sacra* que fizemos ao término do Sínodo. Mediante a meditação da Paixão de Cristo inserimo-nos nos objectivos do Ano da Redenção, que estão a manifestar-se em cada uma das Igrejas. Em Roma,

associamo-nos a tudo aquilo que se faz neste sentido nas paróquias, em cada uma das Basílicas, e de modo especial na Basílica de São Pedro.

Agradeço a todos os Irmãos no Episcopado que, juntamente comigo, <u>abriram o Jubileu da</u> Redenção dia 25 de Março, e que nas suas Dioceses presidem à sua realização.

Agradeço também àqueles que durante este Ano vêm a Roma. O número dos *peregrinos*, em particular durante os últimos meses, aumentou de modo extraordinário. É consolador também o facto que muitas pessoas se aproximam do *Sacramento da Penitência*. Esforçamo-nos de igual modo por que o número dos confessores seja suficiente.

A ideia do Jubileu extraordinário em relação com o 1950º aniversário da Redenção surgiu relativamente tarde. O primeiro anúncio foi publicado só em Novembro do ano passado, durante a reunião plenária dos Cardeais. Apesar dos preparativos bastante modestos, a iniciativa encontrou — como parece — *uma viva ressonância*. Parece que ela corresponda a uma necessidade, muito sentida. Esta necessidade concretiza-se ao redor do Mistério da Redenção como fonte da reconciliação e da penitência na Igreja e no mundo contemporâneo. E sem dúvida nela se manifesta a inquietude que acompanha o homem do segundo milénio que está para terminar.

2. A ideia do Ano da Redenção é posterior à decisão de *convocar o Sínodo* sobre o tema: "*A reconciliação e a penitência na missão da Igreja*". Ao mesmo tempo é difícil não observar que estas duas iniciativas se completam mutuamente de modo particular. O encontro delas deve ser reconhecido como uma circunstância *providencial*. Deste, modo o Sínodo promana num certo sentido daquilo de que, no Ano da Redenção, procura viver a Igreja, e ao mesmo tempo o jubileu extraordinário encontra nos trabalhos do Sínodo um particular aprofundamento teológico e pastoral.

Desejo agradecer isto, de modo particular, à Providência divina.

Ao mesmo tempo quero agradecer-vos, caros Irmãos, e a todos os Bispos da Igreja. Já o manifestei no dia da abertura do Sínodo; hoje uma vez mais repito-o, no momento do seu encerramento. Agradeço porque os *nossos pensamentos e as nossas solicitudes se concentraram ao redor de uma grande causa*: "a reconciliação e a penitência". Da minha parte senti uma profunda necessidade de enfrentar este problema, totalmente vital para a *mesma existência cristã*. Isto foi também por mim manifestado na Encíclica *Dives in misericórdia*, cujos trechos de relevo são dedicados ao problema da "metanoia", isto é, da penitência como conversão, mais ainda, como contínua conversão a Deus. A reconciliação é fruto desta conversão, tanto a reconciliação com Deus como a. reconciliação com os homens enquanto irmãos.

Deste modo a penitência (metanoia) e a reconciliação revelam-se como uma dimensão, antes,

como a dimensão fundamental de toda a existência cristã. O Sínodo sobre "a reconciliação e a penitência" tem, pois, uma Importância sobretudo existencial. Nele tocamos, em certo sentido, as raízes mesmas do ser cristão no mundo contemporâneo. Sob este ponto de vista deve ser motivo de inquietude a crise da penitência nas suas diversas formas. Trata-se aqui também da penitência como complexo determinado de comportamentos sintomáticos em toda a tradição do Povo de Deus, tanto na Antiga Aliança como na Nova. O trinómio "jejum-esmola-penitência"; juntamente com outras formas diárias de penitências impostas pela vida ou escolhidas voluntariamente, expressa não só algumas acções (obras de penitência), mas testemunha também, além disso, uma referência vital a Deus no modo mesmo da existência do crente; uma referência *impregnada de "metanoia"*. A conversão a Deus, o dirigir-se a Ele, manifesta-se não só mediante a *oração* mas também por meio do "separar-se" e do "desprender-se" das criaturas (*jejum*), sobretudo enquanto impedem a união com Deus. E paralelamente a isto segue a abertura do homem para os demais (*esmola*).

A nossa inquietude pastoral refere-se às mesmas atitudes que se notam entre os cristãos, de modo especial nalguns círculos, ambientes e sociedades. Neles falta a dimensão da penitência. A prática do *sacramento da penitência* não é um problema separado. Este problema encontra as suas raízes — ou não as encontra — precisamente neste modo fundamental da existência do homem, quando chega a ele o *chamamento de Cristo* como um eco das primeiras palavras do Evangelho: "Convertei-vos — fazei penitência".

Existe a preocupação de que, cedendo à corrente das mudanças, *nos separamos* daquela atitude de penitência e também daquela práxis "penitencial" da vida cristã, que antes estavam detalhadamente definidas, sem conseguirem introduzir em seu lugar uma práxis nova que responda melhor às necessidades e às possibilidades da nossa época e que seja ao mesmo tempo bastante expressiva e enérgica. Com outras palavras: existe a preocupação de que neste campo, tão fundamental para toda a existência cristã, a "metanoia-penitência" corra o risco de levar a um vazio *sui generis*, *a uma deficiência*. E se esta deficiência chega a impor-se, afectaria todo o "mistério" da vida cristã e depois se manifestaria no modo de tratar a vida sacramental, sobretudo os sacramentos da Penitência e da Eucaristia. Já na Encíclica *Redemptor hominis* procurei chamar a atenção para este ponto.

3. Precisamente esta é a solicitude — creio que a nossa solicitude *comum* — que encontrou a sua manifestação no Sínodo dos Bispos de 1983. Juntamente com ela aparece a segunda solicitude unida ao múltiplo significado da expressão "*reconciliação*" não só na linguagem religiosa da Bíblia, mas também na terminologia leiga.

Encontramo-nos aqui no âmbito daqueles círculos do diálogo, dos quais já durante o Concilio falava Paulo VI na Encíclica <u>Ecclesiam suam</u>: diálogo dentro do cristianismo (ecumenismo); diálogo com as <u>religiões não cristãs</u>, e finalmente diálogo com "<u>o mundo</u>". Paulo VI abrangeu todos estes círculos do diálogo com o conceito do "diálogo dia salvação" e inscreveu-os no

âmbito da missão da Igreja e da evangelização (*Evangelii nuntiandi*). Ao colocar-se o problema da reconciliação e da penitência, o Sínodo enfrentou-o *no terreno da missão propriamente dita da Igreja e da evangelização propriamente dita*. Tanto o ecumenismo como a busca de caminhos para a aproximação às religiões não cristãs encontraram-se dentro do tema da reconciliação e da penitência.

No que se refere ao mundo contemporâneo, somos testemunhas dos contrastes crescentes e dos conflitos ameaçadores que a diversos níveis existem nele. Todos eles *bradam a alta voz em favor da reconciliação*, a alta voz, porque se torne cada vez mais límpida a eloquência dos desastres e dos cataclismas com que estes contrastes crescentes ameaçam a humanidade.

Nas vossas intervenções expressastes uma viva preocupação pela paz no mundo. A situação internacional é muito tensa, e também eu estou profundamente preocupado. A Igreja deve empregar todos os meios à sua disposição para esconjurar os perigos que ameaçam a segurança do mundo, e convidar os responsáveis das nações a orientarem-se resolutamente na direcção que conduz a uma paz garantida e estável.

Quinta-feira passada enviei uma mensagem pessoal aos Presidentes dos Estados Unidos e do Conselho Supremo da União Soviética, pedindo-lhes que não desistam das negociações, como único meio para compor as diferenças ou os conflitos de interesse, e que ponham fim à corrida aos armamentos, que tem em grande apreensão a humanidade contemporânea.

Neste campo a Igreja tem viva consciência e não cessa de anunciar a *mensagem da justiça e da paz*, segundo as necessidades e a ameaça do mundo contemporâneo. Assim o fazem, seja o Bispo de Roma seja os demais Bispos, a Sé Apostólica e cada um dos Episcopados reconhecendo este capítulo da sua pregação e actividade como *parte da evangelização*.

Neste Sínodo este problema apresentou-se também sob uma nova luz: constitui uma parte integrante da "reconciliação e da penitência" daquele "metanoeite" (convertei-vos), que é em certo sentido a primeira palavra do Evangelho. Se se pode e se deve falar em sentido analógico de pecado social e também de "pecado estrutural" — dado que o pecado é propriamente um acto da pessoa — para nós, Pastores e teólogos, surge esta questão: que penitência e que reconciliação devem corresponder a este pecado "analógico".

O Sínodo estudou e delineou este problema só em relação com o *chamado evangélico*. Com efeito, o caminho para uma superação radical do pecado, em todas as suas espécies e em todas as suas medidas, é o caminho evangélico, chamado "metanoia": o caminho da reconciliação por meio da penitência, isto é, a conversão.

4. Parece que os dois problemas indicados constituem os elementos da *actual catequese* penitencial da Igreja. A catequese penitencial é ao mesmo tempo uma preparação para o

Sacramento da Penitência. É necessário que nós, na Igreja dos nossos tempos, preparemos os homens para o Sacramento da Penitência conforme uma catequese da penitência adequadamente Integrada. Ao mesmo tempo devemos ter sempre diante dos olhos o *carácter profundamente pessoal deste sacramento*, que de maneira alguma exclui a dimensão social do pecado e da penitência. Devemos ter também presente a sua posição central em toda a economia da obra da salvação e a sua especial união com o *mistério pascal de Cristo* e da Igreja.

Com efeito, imediatamente depois da sua paixão e morte, no mesmo dia da sua ressurreição, por ocasião da sua primeira visita aos Apóstolos reunidos no cenáculo, *Jesus Cristo pronunciou estas palavras*: "*Recebei o Espírito Santo.* Àqueles a quem perdoardes os pecados, ser-lhes-ão perdoados; àqueles a quem os retiverdes, ser-lhes-ão retidos" (*Jo.* 20, 22-23). A Importância destas palavras e deste acontecimento é tal que merece ser colocada ao lado da importância da mesma Eucaristia.

Durante o Sínodo falámos muito do Sacramento da Penitência na Igreja do período pós-conciliar, à luz das disposições contidas no "*Ordo Poenitentiae*". Todos estes pronunciamentos estavam marcados pela consciência de que estávamos a tratar de uma *questão muito profunda*. Não existe em nós outro desejo senão o de cumprirmos a vontade de Nosso Senhor, que nos *transmitiu e confiou* de um modo especial este sacramento para o bem da Igreja e para a salvação do homem. Este desejo manifestou-se em todas as etapas da discussão e por fim foi expresso nas "propostas do Sínodo".

O breve tempo de que dispomos não nos permite que nos detenhamos mais em várias questões, tratadas durante a assembleia sinodal, sobre a penitência e a reconciliação, tanto no aspecto doutrinal como nas aplicações às condições concretas. Estas questões serão objecto de adequado aprofundamento no documento em que, com a ajuda de Deus, se recolherá a riqueza dos elementos surgidos no Sínodo.

5. O acontecimento eclesial que hoje chega ao seu término, foi preparado com especial cuidado no que se refere à sua importante temática. Desejo manifestar a minha calorosa gratidão a todos os que nele participaram de um modo tão activo. A este propósito é-me grato recordar explicitamente os três Cardeais Presidentes Delegados, o Relator Cardeal Carlo Maria Martini, o Secretário-Geral, D. Jozef Tomko, e o Secretário Especial, Padre José Saraiva Martins, juntamente com os peritos. O pensamento alarga-se para abranger também os Auditores e as Auditoras, e as várias comissões, comités e serviços. Todos trabalharam com grande dedicação, merecendo aplausos e gratidão. O nosso reconhecimento dirige-se também a quantos na Igreja sustentaram com a sua oração o trabalho e a diligência dos Padres sinodais. Durante a preparação foi feita também uma acentuada *reflexão* sobre o mesmo Sínodo dos Bispos como tal, sobre o modo justo e quanto possível mais pleno do seu funcionamento, sobre as possibilidades de modificações e de melhoramentos no seu modo de proceder.

Todos estes problemas foram apresentados pelo Secretário-Geral do Sínodo na sua relação introdutória. Um novo passo foi também a relação do Bispo D. Javier Lozano Barragán, que nos permitiu ver, na dimensão de cada país nas diversas partes do mundo, o que se poderia chamar a "aplicação" da anterior sessão do Sínodo, em 1980, sobre o tema do matrimónio e da família na missão da Igreja.

Por minha parte quero manifestar a minha especial gratidão por todas estas iniciativas. O *Sínodo dos Bispos*, que a Igreja herdou do Concílio Vaticano II, *é verdadeiramente um grande bem*. Estamos cada vez mais convencidos dele. Cada sessão nos confirma nesta convicção. Creio que com estas palavras expresso o sentir comum, mas sobretudo desejo manifestar o meu próprio pensamento.

O Sínodo dos Bispos é uma *manifestação* particularmente valiosa *da colegialidade episcopal da Igreja* e também um instrumento seu de peculiar modo eficaz. Talvez este instrumento possa tornar-se ainda melhor. Talvez a responsabilidade colegial possa expressar-se no Sínodo de uma forma ainda mais plena. Contudo, é necessário constatar que, na forma em que existe e se desenvolve actualmente, no ano do Senhor de 1983, presta *um enorme serviço à Igreja*. Este serviço é importante sob o ponto de vista da vida da Igreja, da sua "auto-realização". Sob o ponto de vista do nosso *ministério* pastoral, é importante para o próprio ministério colegial.

A estrutura do Sínodo permite-nos a todos nós obter, num tempo relativamente breve, uma imagem sintética e ao mesmo tempo bastante diferenciada de um determinado problema (ver) e tirar as conclusões (julgar) importantes para a acção da Igreja (agir). Poderia dizer-se que o Sínodo é um meio humilde e ao mesmo tempo bastante eficaz.

Se formalmente prevalece o carácter *consultivo* dos seus trabalhos, todavia é difícil não compreender em que medida estas "consultas" têm ao mesmo tempo uma Importância eclesial. E assim é de grande importância que os documentos, que aparecem depois do Sínodo, reflictam o pensamento comum da assembleia sinodal e do Papa que a preside "ex officio".

Dentro deste espírito, Veneráveis e amados Irmãos, desejo manifestar-vos hoje, a cada um e a todos, quanto aprecio a *comunhão sinodal* das nossas últimas quatro semanas. O amor à Igreja exige que esta nossa Mãe seja cada vez melhor conhecida, pois assim podemos servi-la de um modo cada vez mais eficaz. Sob este ponto de vista a *experiência sinodal*, a possibilidade de encontro com Bispos do mundo inteiro, a possibilidade de escutar tantas Intervenções competentes, é para mim uma circunstância especialmente valiosa e importante. Graças a ela posso compreender de modo cada vez mais profundo a Igreja que o Cristo Senhor confiou a todos nós, confiando-a aos Apóstolos e a Pedro.

A alegre e fraterna experiência vivida nesta comunidade sinodal leva-me espontaneamente a recordar alguns dos nossos Irmãos no Episcopado que, apesar do seu desejo e do interesse da

Sé Apostólica, não tiveram a possibilidade de se encontrar entre nós. A ausência dos seus representantes impediu aos Episcopados da Lituânia, da Letónia e do Laos a participação directa neste importante acontecimento da Igreja católica. Além disso, o Episcopado da Checoslováquia só pôde estar presente com um dos dois representantes designados. Assim, esta assembleia sinodal sentiu a ausência de contributos que poderiam ter vindo destes irmãos a respeito da realidade pastoral dos seus países.

6. A comunidade sinodal tem sempre em si mesma algo daquela *primeira reunião dos Apóstolos* ao redor da Mãe de Cristo, os quais estavam à espera da vinda do Espírito Santo no dia do Pentecostes.

Oxalá também esta nossa comunidade sinodal, reunida para tratar da "reconciliação e da penitência" e marcada pela canonização de São Leopoldo Mandic, grande servidor do confessionário, prepare a Igreja, por intercessão da Mãe de Cristo, para receber o Espírito Santo: *Espírito da conversão e Espírito da paz*.

Como os Apóstolos no cenáculo, assim também nós nos unimos em fervorosa oração com a Mãe de Cristo e Mãe da Igreja. Sentimos uma necessidade especial da sua intercessão no que se refere a estes problemas mais profundos da dimensão das consciências humanas e, ao mesmo tempo, dos problemas que pesam sobre o horizonte da vida de toda a família humana como um doloroso peso do nosso tempo.

Só na cruz de Cristo, por intercessão da sua Mãe, este peso pode tornar-se "suave e leve", e pode colocar-se sobre os ombros do homem como o *peso da salvação e o sinal da esperança*.